

Artigo

**LAMPEJOS DA ILUSTRAÇÃO.
ANÁLISE DE UM LIVRO SOBRE
DOENÇAS DE ESCRAVOS ESCRITO
NO CARIBE FRANCÊS E TRADUZIDO
NA AMÉRICA PORTUGUESA DURANTE
A CRISE DO ANTIGO REGIME**

Alisson Eugênio*

Resumo

Este texto analisa um livro produzido em São Domingos por um médico francês, que foi publicado em 1774 em Paris, sobre doenças de escravos. Esse livro foi traduzido por um cirurgião que trabalhou em Minas Gerais no final do século XVIII. Sua tradução foi publicada em Lisboa, pela monarquia portuguesa. Por que isso foi feito? O que isso pode nos dizer sobre a escravidão no Brasil e a crise do Antigo Regime? É o que vamos pesquisar.

Palavras-Chave: livro — doenças e trabalho escravo.

Abstract

This text analyses a book written in São Domingos by a French physician, that was published in 1774 in Paris, about slave diseases. This book was translated by a surgeon who has worked in Minas Gerais during the end of XVIIIth century. The translation was published in Lisboa by monarchy regime. So, what can the book tell us about the Brazilian slavery and the political monarchy in the Old Regime?

Keywords: disease and hand labour slave

* Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor e Pesquisador do Núcleo de História Regional da Universidade Vale do Rio Doce, em Governador Valadares – MG.

“O trabalho do historiador não se define pelas suas certezas, e sim pelas perguntas que ele faz a partir das fontes que encontra”.

Lucien Febvre

O tema da escravidão na historiografia brasileira e mesmo internacional é inesgotável, não obstante a infinidade de pesquisas disponíveis sobre o assunto por causa de sua importância crucial para a compreensão da dinâmica histórica e da experiência humana em suas diversas dimensões da vida. Quando encontramos uma fonte inédita, podemos abrir algumas discussões novas, ou nem tão novas assim, mas pouco estudadas, e dessa forma tentar acrescentar um pequeno grão de areia na gigantesca praia do conhecimento já produzido sobre tal temática.

A fonte a que me refiro, a partir da qual produzi algumas questões sobre a crise do Antigo Regime em Portugal e na sua colônia mais expressiva situada na região tropical da América, refere-se a um impresso de 1801 traduzido em Lisboa com o patrocínio da Coroa portuguesa. Trata-se de um livro dedicado às *Observações sobre Enfermidades de Negros: suas causas, seus tratamentos e os meios de prevenir*, publicado na França em 1774 pela Coroa francesa.

Ao descobri-lo, percebi que ele poderia revelar coisas surpreendentes, pois foi escrito por um médico francês que trabalhou alguns anos nas colônias francesas da América do Sul e do Caribe, antes da publicação. A tradução foi realizada por um cirurgião-mor que viveu nas Minas Gerais no final do século XVIII e onde possivelmente a elaborou. Ambos eram pensionistas de suas respectivas monarquias, isto é, custeados pelo erário régio.

No momento inicial de contato com a fonte, a primeira indagação que ela suscitou foi a seguinte: que condições históricas possibilitaram a impressão de um livro escrito em forma de um tratado médico dedicado a doenças de negros, particularmente escravos, no último quartel do século XVIII na França? E por que a Coroa francesa o patrocinou? Da mesma forma, que

interesse em um tratado deste poderia ter a Coroa portuguesa quando concordou em publicar a sua tradução? E o tradutor, um habitante das Minas, o que o levou a este empenho? O que tudo isso tem a ver com a crise do Antigo Regime, particularmente o português, envolvendo a sua porção colonial na América? E o que tem a ver com transformações científicas e intelectuais, sobretudo na Medicina, ocorridas na Europa e suas possessões americanas e caribenhas?

O impresso começa com uma nota do tradutor, que procura justificar a tradução do original em francês para português. Não esqueçamos que ele, Antônio José Vieira de Carvalho, atuou nas Minas Gerais no final do século XVIII como “Cirurgião-mor do Regimento da Cavalaria Regular da Capitania de Minas Gerais e lente de anatomia , cirurgia e operações no Hospital Real Militar de Vila Rica”.

Assim, diz ele:

felizmente o meu destino me havia levado a ocupar nas Minas Gerais o emprego de Cirurgião-mor do Regimento da Cavalaria que guarnace a capital desta capitania, onde exercendo, a par de minha profissão, a Medicina prática, pude ver com meus mesmos olhos quanto a espécie humana sofre na inumerável multidão dos negros, que ali transporta a escravidão e o comércio. A mudança do clima, a diferença de tratamento, um trabalho contínuo e desmedido, e até a fome raríssimas vezes interrompida, juntos à triste consideração de seu penoso estado, são outras tantas causas das singulares e gravíssimas enfermidades, a que é sujeita entre nós esta raça desaventurada de homens; que fazendo-lhes a vida pesada e adiantando-lhes a morte, levam à sepultura o melhor dos cabedais daquela e de outras Colônias da América Portuguesa, enterrando com eles o mesmo ouro que os seus braços haviam desenterrado, e secando assim na sua origem um dos primeiros mananciais da Coroa e do Estado. Estimulado, pois desta fatal experiência e do sincero e ardentíssimo desejo de me dar todo ao serviço de Vossa Alteza Real, me subministrou o meu zelo a lembrança de traduzir para a Língua Portuguesa o Tratado que sobre as moléstias dos Negros ordenara e escrevera na Ilha de São Domingos o Mr. Dazille; obra que tendo merecido a aprovação e os louvores de uma Nação tão ilustre, como iluminada enquanto não desvairou da Razão, e de sua na-

tiva lealdade, me serviu de guia na minha prática, e a qual, divulgada por meio deste tratado, pode vir a ser de muito uso em todo o Estado do Brasil, onde, pela analogia de muitas circunstâncias físicas e morais são aplicáveis às observações e às doutrinas de seu Autor; e onde a dificuldade de recursos, pelas imensas distâncias que separam os seus habitantes, e pela raridade de médicos, fazem que pela maior parte o seja um em sua casa. Creio, SENHOR, outra vez o digo, creio ter feito a vossa Alteza Real um agradável serviço, prestando, como cuido, à humanidade, na maior parte, na mais útil e a mais desvalida da população dos seus senhorios da América: e nesta confiança tomo a liberdade de pedir a Vossa Alteza Real licença para dedicar-lhe o meu gostoso trabalho. Se Vossa Alteza Real, aceitando este cordial tributo do meu fiel e humilde obsequio, se dignar de aprovar o meu zelo, eu me darei por bem pago na ventura de ter acertado em agradecer o melhor dos Príncipes.

Antes de continuar apresentando esta nova fonte para o estudo da escravidão, faz-se necessário uma breve pausa para algumas considerações iniciais relativas a esta nota do cirurgião das Minas setecentistas, responsável pela tradução das “*Observações Sobre as Enfermidades dos Negros*”.

Em primeiro lugar, na sua justificativa para tal tradução aparece a questão do sofrimento dos negros, por causa, entre tantas outras coisas que ele enumera, do excesso de trabalho combinado com a fome e a falta de médicos. A seguir, e parece ser este o motivo maior que o levou à tradução daquele tratado, aparece o problema da alta mortalidade dos escravos, o que representa um grande prejuízo ao erário régio, pois, segundo o próprio tradutor, estes indivíduos são “um dos primeiros mananciais da Coroa e do Estado”.

Se pararmos para pensar um pouco e nos reportamos à historiografia disponível para a análise da economia mineira no final do século XVIII e para a análise do Antigo Regime português, havemos de nos lembrar que, se por um lado, a dinâmica econômica estava sendo canalizada lentamente rumo à agropecuária desde meados dos setecentos e à produção de tecidos, por outro, as autoridades coloniais ainda se encontravam às voltas com o

problema da escassez dos metais preciosos (Novais, 1995 e Souza, 1992). E uma década antes da tradução do tratado sobre as “Enfermidades dos Negros” ser publicada, houve nas Minas o aborto de uma conjuração planejada, a qual estava relacionada com os impostos régios e com as dificuldades dos senhores em gerenciar suas atividades, além de outras tantas relações possíveis (Boxer, 2000). Soma-se a isso o fato de que neste contexto as importações de escravos tenderiam a contrair-se por causa da desconexão entre a produção mineira e o comércio internacional (Libby, 1992), o que poderia ter favorecido uma mudança na mentalidade senhorial em relação ao problema da saúde de seus escravos. Não que isto não fosse preocupante antes do último quartel dos setecentos, mas todas estas variantes anteriores não teriam concorrido para que a preocupação com as condições de vida da escravaria aumentasse?

Além dessas variantes, temos também que considerar algumas transformações pelas quais Portugal passa no final do século XVIII, em relação ao pensamento ilustrado (Hespanha, 1989 e Mattoso, 1993). Ainda na época pombalina, já nos seus últimos anos, em 1772, houve uma importante reforma na Universidade de Coimbra, a partir da qual foi possível à elite pensante lusitana ter maior contato com a produção científica do período, ensejando um aumento da tradução de livros em várias áreas do conhecimento, incluindo-se aí a Medicina. Foi neste contexto de um incipiente e progressivo surto do contato e da abertura intelectual que nasceu a Academia Real de Ciência de Lisboa, onde a tradução do livro em questão possivelmente encontrou ecos muito favoráveis, sobretudo porque o tradutor, Antônio José Vieira de Carvalho, foi discípulo do ilustre médico português, Manuel Constantino, no Real Hospital de Lisboa.

A propósito dessas transformações, poderíamos considerar que elas estiveram relacionadas com a tentativa de a Coroa portuguesa se apropriar dos novos saberes e paradigmas técnico-científicos disponíveis na época e, assim, ao aplicá-las em seu vasto Império como forma de reforçar os alicer-

ces das estruturas em que se sustentaram aquela sociedade, acabaram patrocinando obras de cunho ilustrado, como o do nosso tradutor, mas que não fossem perigosas para os interesses metropolitanos, e sim funcionasse como um meio para potencializá-lo, em um período delicado da dinâmica histórica do final do século XVIII e início do seguinte (Hobsbwn, 2000).

Neste sentido, a tradução do tratado médico sobre a enfermidade de negros em tal contexto por um cirurgião atuante nas Minas no final do século XVIII, não poderia ser interpretado como um forte sintoma de um grave receio da possibilidade de haver um colapso da mão-de-obra escrava naquele momento, o que desmoronaria de vez uma economia que estava passando uma fase de reorientação de suas atividades e até mesmo agudizaria a crise do próprio Antigo Regime português?

Este mesmo sintoma pode ser percebido em um edital lançado em 1786 pelo então Governador mineiro Luís da Cunha Menezes:

Faço saber aos que este meu edital virem, ou dele notícia tiverem que sendo-me constante o grande número de Escravos aplicados em mineiros que desta capitania tem saído, por cujo motivo irá experimentar esta mesma capitania uma grande decadência no seu Real Quinto, ordeno que toda pessoa de qualquer qualidade ou graduação for, que depois da publicação deste meu edital comprar os ditos escravos para o sobredito fim, será preso a minha ordem na cadeia desta capital.¹

Pelo que se pode perceber a partir deste edital, o problema da mão-de-obra escrava parecia ameaçar a própria arrecadação fiscal, tornando-se uma questão de ordem pública a simples venda de escravos para outra Capitania, caso que poderia levar os infratores à prisão. Se o cirurgião tradutor da obra francesa dedicada às doenças de escravos trabalhou nas Minas Gerais neste mesmo contexto, então, de fato, estas duas fontes não poderiam ser entendidas como tentativas de prevenção contra uma suposta crise maior, caso as vendas de negros para fora das Minas Gerais não fossem contidas e a alta mortalidade deles também?

¹ Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial, 214, p. 14 v.

Essas e tantas outras questões poderíamos extrair da leitura da carta do nosso cirurgião, quando justificava a tradução daquele tratado. Uma delas está relacionada com uma passagem muito reveladora sobre os problemas políticos e as novas idéias que fervilhavam o final do século XVIII no Ocidente. Ao apresentar o original francês, escrito por Jean Barthelemy Dazille após suas atividades na ilha São Domingos, no Caribe, ele procurava apontar “a aprovação e os louvores” que a obra recebeu da Coroa francesa, “uma Nação tão ilustre como iluminada, enquanto não desvairou da Razão e da sua nativa lealdade”.

Claramente percebemos o seu desacordo — pelo menos, se ele concordasse, não o faria em uma nota de tradução de um livro publicado com o apoio da Coroa portuguesa — com os rumos políticos da França; que nos seus dizeres eram “desvarios da Razão”.

Não obstante este problema, a publicação da referida tradução foi levada a cabo pelo erário régio lusitano, num claro exemplo de apropriação monárquica pelo saber médico de uma outra nação, mesmo que ela não mais servisse de modelo político para os tradutores.

Mas o tradutor atuante nas Minas Gerais, se não concordava com a Revolução Francesa, não deixou de ser influenciado pelas novas idéias que ajudaram a provocá-la: o Iluminismo ou Ilustração. Em umas das passagens da nota da sua tradução, afirmava ele no fechamento de sua justificativa para tal empenho: “Creio ter feito a Vossa Alteza Real um agradável serviço, prestando, como cuidado, à humanidade, na maior parte e na mais útil e desvalida da população dos seus senhorios da América, e nesta confiança, tomo a liberdade de pedir a Vossa Alteza Real licença para dedicar-lhe o meu gostoso trabalho”.

Nesta passagem o cirurgião das Minas se classifica como profissional que atua em causa da humanidade, numa postura típica daquelas pessoas situadas ao menos parcialmente, o que parece ser o caso dele, nas fronteiras do Iluminismo. Em uma das faces destas complexas fronteiras, ele mesmo se

vincula em uma complexa rede de relações entre as monarquias e a produção do conhecimento, ao oferecer o seu esforço intelectual para combater um problema que se vivenciava nas Gerais no final do século XVIII, tendo a oportunidade de observá-lo quando cuidava dos doentes no Hospital Real Militar em Vila Rica, em serviço de Sua Majestade que àquela Capitania o designou inicialmente para cuidar de seus soldados. Mas o fato é que a Coroa portuguesa concordou com a publicação da obra que ele traduziu, e ao descobrirmos esta nova fonte, é possível concluir, parcialmente, que pelo menos cinquenta anos antes da extinção do tráfico de escravos no Brasil, a Medicina havia se interessado pelo problema da reprodução da mão-de-obra escrava, interesse que foi compartilhado pelo Príncipe Regente Dom João, o qual acabou vindo para cá alguns anos depois, onde possivelmente pôde ver com os próprios olhos alguns aspectos daquele problema, que no seu desenrolar poderia ter concorrido para suscitar uma nova postura diante da saúde dos escravos.

Entre o período da tradução daquele tratado (1801) até a proibição do tráfico (1850), talvez as preocupações subjacentes à dinâmica histórica que possibilitou a sua publicação na língua portuguesa convergiu para uma melhoria, ao menos parcial, das condições de vida da escravaria mineira. Por isso poderíamos dizer que, além de esta ser uma fonte por si só reveladora, ela também serve como um bom ponto de partida para análise de alguns aspectos do cotidiano da população escrava durante o século XIX, relativos ao uso dos conhecimentos da Medicina para evitar ou curar suas doenças, sobretudo após 1850, quando a importação de africanos foi proibida.

Sabemos que a preocupação com as doenças de escravos já existia bem antes da tradução da obra em questão. Indícios dessa preocupação encontram-se em passagens como esta, do interessante livro de Luiz Gomes Ferreira, *o Erário Mineral*: “advirto que os senhores vão ver se os escravos, quando estiverem doentes e lhes façam boa assistência [...] não lhes faltando o necessário que desta sorte [...] terão menos perda” (Apud: Ribeiro, 1997,

p.113). Tal obra foi publicada em meados dos anos 1730. Entre ela e a que estamos analisando há um intervalo de 71 anos, considerando a tradução portuguesa. Portanto, estão situadas em contextos diferentes, pois no meio delas encontram-se a expansão do pensamento ilustrado na Europa e os seus ecos em Portugal. No entanto, embora tal preocupação seja mais antiga do que a época do nosso tratado médico, é sobre o período de sua tradução em diante que temos maior disponibilidade de fontes relativas ao tema da saúde, não só de escravos mas também da população em geral.

Feitas estas considerações parciais, voltemos à apresentação do tratado. Avançando em suas páginas há uma carta tornada pública junto com as observações de Dazille, escrita por Mr. Antonio Petit: “Doutor Regente da Faculdade de Medicina, na Universidade de Paris, Membro das Academias Reais de Ciências de Paris e StoKolmo e da Sociedade de Agricultura, Antigo Professor da Anatomia, cirurgia e da Arte de Partejar, e Inspetor dos Hospitais Militares”.

Tal carta foi endereçada ao Mr. De Boines, Ministro da Marinha francesa, com o seguinte conteúdo:

Vós me encarregastes de ler o manuscrito de Mr. Dazille. Eu o fiz. Achei que esta obra encerra novas vistas muito úteis e bem apresentadas; e estou convencido, meu senhor, que se fizer o que o Mr. Dazille propõe, será de muito proveito; por consequência julgo a obra e o Autor muito dignos da Vossa proteção.

O que primeiro nos chama a atenção é o currículo do médico encarregado de avaliar a pertinência do trabalho de Dazille. Era um profissional situado em duas Academias Reais de Ciência, que pedia proteção à obra do autor, concordando em que o resultado de seus esforços seria muito útil.

Isto quer dizer que antes de torná-lo público, a Coroa francesa encomendou uma avaliação do manuscrito de nosso médico francês para nada mais nada menos que o Regente da Faculdade de Medicina de Paris. Assim, temos um nítido exemplo das complexas faces da relação entre o saber e as monarquias, particularmente a francesa, no final do século XVIII.

Após essa carta, que funciona talvez como uma nota de apresentação do tratado em questão, segue-se uma longa “advertência do autor” exposta em quatro páginas. Nela, ele conduz o leitor aos métodos utilizados para observar as “enfermidades dos negros”, quando é possível avaliar a sua idéia de ciência e a própria dinâmica do desenvolvimento da Medicina.

Mas, dada a quantidade de informações que nosso médico apresenta em seu tratado, vamos nos concentrar em outras questões diferentes da história da ciência. Preferimos nos concentrar no problema da reprodução da mão-de-obra escrava, pois tal foi o motivo maior do empenho tanto da publicação francesa sobre as doenças destes indivíduos quanto da tradução portuguesa. Vejamos como Mr. Dazille introduz sua pesquisa.

A população das Colônias determina-lhes o grau de prosperidade. Se ela é numerosa produz força e riqueza; se fraca ou medíocre, ela indica igualmente pobreza e frouxidão. Todas as Colônias geralmente existem, ou devem existir, debaixo destas proporções: força e riqueza. Estes são os dois grandes objetos do seu destino. A riqueza reflui no Reino e concorre poderosamente para sua prosperidade geral; a força segura estas vantagens contra os inimigos de fora, independentemente dos socorros da capital, sempre incertos e tardos. Não é especialmente senão em uma população abundante de Negros que as Colônias acham a origem primitiva da sua opulência, por que sem Negros nada de Cultura, nada de produtos, nada de riquezas. Uma Colônia unicamente povoada por Europeus pode bem fazer-se, depois de uma longa série de anos, Colônia de força, mas não passará disto; a riqueza não será jamais da sua repartição: tal tem sido o Canadá. Depois disto se vê que a introdução dos negros em uma Colônia é o maior meio e fundamental da sua prosperidade; o que a conservação destes entes desgraçados é o que faz este meio eficaz. Procurar as causas das enfermidades que os afetam, seguir estas enfermidades no seu princípio, progresso e terminação indicando os meios de as remediar, formar um resultado que tenda a impedir a despovoação espantosa da espécie, é ocupar-se do que utiliza aos colonos em particular, ao Comércio da Nação em geral e à prosperidade do Estado. Tal é o fim desta obra: possa eu perfeitamente enchê-lo, possam aqueles, que exercitam a Arte de curar nas Colônias, reconhecer, como eu, pela experiência continuada, que os meios que apresento para tratamento das enfermidades dos Negros

são os mais eficazes; possam também os habitantes das colônias reconhecer que a diminuição das causas destas enfermidades está em suas mãos. Seria ofender sua delicadeza, o fazer-lhes considerar esta diminuição como unicamente útil para seus interesses: os cuidados que eles empregarem para executar terão um motivo mais nobre e mais satisfatório em seus corações, pois eles farão ao mesmo tempo atos de humanidade e de beneficência” (Dazille, 1801, pp. 15 e 16).

A sua introdução é mais longa do que isto, totalizando dezenove páginas nas quais podemos tomar conhecimento das causas gerais das doenças de escravos. No decorrer da obra tais causas são completadas com a dinâmica das enfermidades, os métodos de curá-las e as maneiras de preveni-las, proporcionando-nos uma espécie de janela panorâmica na qual podemos conhecer um pouco dos tipos de malefícios físicos que quedavam os corpos negros. Mas paremos mais uma vez para algumas outras considerações. Nesta primeira parte introdutória do trabalho do nosso médico francês, perceberemos claramente que o problema, nos seus próprios dizeres, “da conservação destes entes desgraçados”, no caso os escravos, aflorou-lhe a consciência da necessidade de uma sistemática intervenção médica para, segundo ele, “impedir a despovoação espantosa da espécie”, despovoação que contradiz os interesses “dos colonos, do comércio da Nação em geral e da prosperidade do Estado”, pois é ele quem continua dizendo: “não é especialmente senão de uma população abundante de Negros que as Colônias acham a origem primitiva de sua opulência, [...] que refluí para o Reino e concorre para a prosperidade geral”.

Comparando a dinâmica da economia colonial francesa, particularmente a de São Domingos, com a de Minas Gerais, no final do século XVIII, sabemos que lá como aqui a produção colonial passava por uma desconexão com o mercado internacional, e isto concorreu para a diminuição das importações de novos escravos, fazendo com que a conservação da saúde deles fosse apresentada como uma solução para a prevenção contra um possível colapso de reprodução da mão-de-obra naquela ilha caribenha (Kiple, 1984 e Zemela, 1995).

Assim, o que já é um dado novo tanto para as Minas Gerais quanto para o Caribe francês no final do século XVIII, o saber médico e as monarquias procuraram aliar-se para diminuir as altas taxas de mortalidade da mão-de-obra escrava, quando o próprio estatuto colonial já estava sendo seriamente questionado nas Américas e no Caribe, principalmente após a declaração da independência norte-americana; e isto não ocorreu por acaso, e nem se trata de mera coincidência, pois pelo menos no Atlântico Norte a escravidão no último quartel dos setecentos já sofria fortes abalos do ponto de vista da discussão intelectual iluminista.

Ainda na primeira parte da introdução do tratado médico em questão, antes de recomendar aos profissionais da Medicina como eles deveriam proceder ao chegar em uma Colônia, Dazille procura apresentar os resultados dos seus esforços intelectuais muito mais do que uma solução útil para o problema da reprodução da mão-de-obra escrava, chamando atenção dos senhores que, ao seguir suas observações, “eles farão ao mesmo tempo atos de humanidade e beneficência”.

Nesta passagem ele parece estar afinado com um tipo de discurso humanitário do Iluminismo, cujos protagonistas se identificavam como benfeitores do progresso humano. Até que ponto as novas idéias fervilhantes nas décadas anteriores à Revolução Francesa influenciaram a formação desse médico é difícil avaliar apenas com seu tratado sobre as doenças dos negros. Mas o que importa é a sua preocupação em fazer algo em prol da humanidade. Este conceito, que ganhou novas e mais fortes conotações no final do século XVIII, aparece frequentemente na sua obra. E não obstante isso, para ele a escravidão não parecia ser contrária aos princípios que embasaram tal conceito, o que limita aquele discurso, desde que os escravos fossem usados racionalmente, isto é, com trabalhos bem medidos, descanso, boa alimentação e a vida particular controlada por causa de “suas tendências à promiscuidade”, como ele procura salientar ao longo de suas observações.

Acredito que até agora foi possível apresentar de um modo geral este tratado cuja tradução para a língua portuguesa parece ser totalmente desconhecida pelos pesquisadores brasileiros. Para finalizar, seria interessante uma última apresentação de uma passagem das observações do nosso médico francês relativa às causas gerais das doenças dos escravos, as quais ele sugeriu que fossem controladas para o próprio bem-estar da prosperidade das Colônias e suas respectivas metrópoles.

Segundo Dazille:

a primeira causa das diferentes moléstias dos Negros provém do seu alimento, que consiste geralmente em raízes de mandioca grosseiramente pisada, feita em bolo, muitas vezes mal cozido [...]. Outra causa não menos determinante destas enfermidades se acha na passagem repentina do calor ao frio. O ar das ilhas da França e de Bourbon é sujeito à variações tão freqüentes e tão rápidas que os negros quase sempre mal vestidos experimentam com seu detrimento estas diferentes influências [...]. Estas duas primeiras causas de enfermidades, ordinárias nos negros, se ajuntam àquelas que provem do seu gênero de vida e trabalho. Nascidos e chegados a uma idade avançada, sem princípios, é muito difícil inspirar-lhes costumes; eles são muitos inclinados à libertinagem; a extrema preguiça é igualmente um dos seus vícios dominantes e é quase unicamente na necessidade do trabalho e na prisão e pouca liberdade que tem para os seus deleites, que eles fazem consistir o rigor da sua escravidão. O trabalho a que os negros são sujeitos, é quase contínuo e muitas vezes penoso, e mesmo algumas vezes superiores as suas forças; isto é o que os senhores exigem deles, atendendo bem pouco aos seus interesses, por que o pouco descanso que permitem aos seus escravos e o mal alimento que se lhes dá, não podendo produzir uma reparação necessária, eles ficam bem depressa enervados e perdidos. A libertinagem é muito mais perigosa nos Negros, que para se satisfazer vão muitas vezes procurar longe, durante a noite, o objeto de seus desejos; e assim deste tempo que eles roubão ao único descanso que podem tomar, sendo empregado nos prazeres lhes resulta um abatimento, conseqüência de que é difícil salvá-los. Outra inclinação que não tende menos a destruí-los é a que eles têm os licores fortes do que eles se embebedam [...], água ardente que não deveria ser permitida por-se em uso senão depois de ter sido destilada. Depois disto é fácil perceber que os homens mal vestidos, mal nutri-

dos, expostos a todas as injúrias do ar, sujeitos a um trabalho quase contínuo, e entregues quase sem medidas às inclinações dos deleites sensuais e dos licores fortes, não podem conservar a sua saúde; também se observa que eles não resistem muito tempo, as moléstias vêm acometê-los e um tratamento quase sempre mal procedido os acaba. Daqui provém a despovação espantosa que tanto importa impedir (Dazille, 1801, pp. 29-32).

Nesta última passagem que propomos apresentar, de uma obra composta por 189 páginas, estando nós até agora na altura da trigésima terceira, podemos perceber uma série de problemas relacionados à dinâmica da existência escrava e ao problema dos usos pelos senhores de sua força de trabalho.

Segundo o nosso médico francês, o que nos lembra o nosso famoso cronista Antonil, autor da obra *Cultura e Opulência no Brasil*,² a exploração excessiva do trabalho escravo, o curto espaço de descanso reservado a eles pelos senhores e os obstáculos impostos aos seus prazeres constituem uma perigosa atitude senhorial, pois isto poderia deixá-los “bem depressa enervados e perdidos”. Portanto, nas entrelinhas de suas observações, Dazille sugere não só que a alimentação e a vestimenta fornecidas aos negros fossem melhoradas, mas também o espaço de tempo de eles descansarem, o que não poderia ter sido feito sem negociações entre as partes. O problema é que ao invés de repousarem, entregavam-se aos deleites sexuais e à bebida, o que diminuía suas energias, baixava as suas resistências e favorecia o surgimento de doenças.

Problema nada fácil de ser equacionado. Mas o que importa nessa passagem é a necessidade, segundo o médico, de se limitar a exploração da mão-de-obra para conservá-la como tal. Para o escravo, todavia, o descanso do corpo não importava tanto desde que a alma tivesse plena de satisfação, ao menos com as possibilidades dos divertimentos dos quais participavam

² Recomendava o dito letrado colonial de formação jesuíta que “negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio de seu cativo, é querê-los desconso- lados e melancólicos, de pouca vida e saúde”.

em suas horas de folga, tornando esse tempo muito caro para o senhor e para a sua saúde. E por isso, nosso observador em alguns momentos de seu trabalho entra em conflito com os modos de viver dos negros, talvez por causa da incidência de tantas doenças venéreas que ele teve de curar, para qual enfermidade dedicou uma longa parte de seu tratado.

Ainda relativo a esses problemas das causas das doenças dos escravos, o cirurgião responsável pela tradução do trabalho do médico francês, em notas de pé-de-página, informa-nos que a alimentação da escravaria mineira era um pouco melhor. Diz ele que

no Brasil especialmente em Minas Gerais, usam os negros de diferente alimento, porque em lugar da mandioca eles têm o milho, que depois de moído em moinhos próprios e peneirado o cozem simplesmente com água, mexendo-o até o ponto de se formar uma massa em boa consistência, a que chamam angu, que é o pão ordinário às suas comidas: estas são geral e cotidianamente o feijão negro cozido e temperado com gordura de porco; algumas vezes também é da sua repartição a carne; outras vezes da própria indústria eles fazem uma mistura de carne com plantas emolientes, de que o País abunda, como são: o caruru, o giquiri, o orpronobis, lobolobo, o quiabo etc., a qual mistura é carregada de pimenta do mesmo País, que chamam jembe” (Dazille, 1801, p. 29).

Em uma outra nota de pé-de-página, nosso tradutor que atuou em Vila Rica informa-nos também (ao reforçar os exemplos de Dazille relativos às causas das altas taxas de mortalidade dos negros, quando este médico condenava o uso generalizado por tais indivíduos dos licores fortes) que este costume foi muito comum entre os escravos mineiros, relatando que tais licores é “bem conhecido no Brasil, especialmente nas Minas, pelo nome de água-ardente de cabeça” (Dazille, 1801, p. 32).

Ao que parece, alguns traços da vida cotidiana dos escravos da capitania do ouro foram percebidos pelo cirurgião que aí trabalhou na sede da sua principal Comarca, onde existiu um Hospital Real Militar, pelo qual foi responsável no final do século XVIII. O que torna a sua atuação interessante é o fato de ele ter sido designado para responder a problemas da saúde das

tropas guarnecedoras da Capital mineira, mas as doenças de outros indivíduos, tão estratégicos aos interesses da Coroa portuguesa quanto seus soldados, despertou-lhe a atenção em um contexto histórico nada favorável à reprodução da mão-de-obra escrava através do tráfico negreiro, por causa da retração da economia mineradora e da reorientação das atividades econômicas dessa região que estava cada vez mais se voltando para o abastecimento interno.

Feita esta apresentação do tratado médico sobre as doenças dos negros, poderíamos então apresentar algumas conclusões preliminares. Ao que parece, a saúde dos povos, lentamente, foi deixando de ser uma questão quase que exclusivamente privada para se tornar um bem público fundamental para o desenvolvimento econômico, social e político das nações na passagem do século XVIII ao XIX. Assim, os Estados, principalmente após a crise do Antigo Regime, foram organizando uma espécie incipiente de auxílio público à parcela da população que poderia ser útil ao universo da produção de riquezas e cujo sintoma dessa mudança foi a reforma do saber médico (Foucault, 1998), que em Portugal, não obstante os seus limites, ensejou a tradução do livro sobre as enfermidades dos negros, o qual, segundo o seu tradutor, seria “de muito uso em todo o Estado do Brasil”. Tal tradução era um forte indício de que, ao patrocinar o empenho intelectual do cirurgião-mor do Real Hospital Militar de Vila Rica, a Coroa estava preocupada mesmo era com a saúde das estruturas sobre as quais ela, como instituição política, se apoiava, de forma que a boa disposição dos corpos escravos seria um meio a mais de tornar isso possível, dada a posição estratégica que tais indivíduos ocuparam na economia colonial e, por extensão, na prosperidade do Reino. Portanto, trata-se de um livro que nos permite pensar não só o problema da saúde da população negra, principalmente a cativa, mas até mesmo a agonia de uma era em que a base de nossa formação histórica havia sido sedimentada.

Para encerrar, a obra traduzida neste texto nos permite concluir também que se ela for comparada, por exemplo, aos sermões escritos pelo

jesuíta Jorge Benci (Vainfas, 1986) na Bahia, aproximadamente um século atrás, houve um princípio de mudança no pensamento da elite letrada colonial, pois se antes seus arautos tentaram usar preceitos do cristianismo para influenciar a consciência senhorial no trato com os escravos, objetivando humanizar a exploração destes, a partir do final do século XVIII esse mesmo objetivo começou a ser tentado através de um saber científico, que foi cada vez mais apropriado pelas elites econômicas e pelo Estado, para ser aplicado nas relações de trabalho e no controle social.

Bibliografia

- ANTONIL, André João. 1983. *Cultura e Opulência no Brasil, por suas drogas e Minas*. São Paulo: Nacional.
- BOXER, CR. 2000. *A Idade de Ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DAZILLE, Jean Barthelemy. 1801 *Observação sobre Enfermidades dos Negros*. Trad. CARVALHO, Antônio José Vieira de Lisboa, Arco do Ceco.
- FOUCAULT, Michel. 1998. *Microfísica do Poder*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- HOBBSBAWN, Eric J. 2000. *A Era das Revoluções*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz a Terra.
- KIPLE, Kenneth. 1984. *The Caribbean slavery: a Biological History*. Cambridge: University Press.
- HESPANHA, Antônio Manoel. 1989. *Poder e instituição na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LIBBY, Douglas Cole. 1992. "Demografia e Escravidão". In: *Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto*, nº1, vol.3, pp. 267-94.
- MATTOSO, José (dir). 1993. *História de Portugal: O Antigo Regime (1620 – 1807)*, vol. 4, Lisboa: Estampa.
- NOVAIS, Fernando. 1995. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo*

Sistema Colonial (1777-1808). 6ª ed. São Paulo: Hucitec.

RIBEIRO, Márcia. 1998. *A ciência nos Trópicos*. São Paulo, Hucitec.

SOUZA, Laura de Melo e. 1982 *Os Desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro: Graal.

VAINFAS, RONALDO. 1986 *Ideologia e Escravidão*. Petrópolis: Vozes.